ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

ADITIVO N° 002/2026

Processo Administrativo n° 066/2026

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração do prazo de vigência do contrato original, celebrado no dia 27 de junho de 2025, relativo à relativo Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA – MA, 08 de junho de 2026.

Ao Senhor
THOMAS PRACHEDES MORAES NETO
Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar
Portaria nº 24/2025
Nesta

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo – Termo Aditivo ao Contrato nº**202506270014.P.E 014-2025.**

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao Contrato Administrativo nº 066/2026, celebrado em *27 de junho de 2025*, cujo objeto é *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA*, vimos, respeitosamente, solicitar a formalização de Termo Aditivo para prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa a seguir.

1. DA JUSTIFICATIVA

A prorrogação do prazo contratual faz-se necessária A presente contratação visa a locação de veículos para atender as necessidades de deslocamento dos demais Vereadores desta Câmara Municipal. Os Senhores Vereadores necessitam diariamente de veículos para realizar fiscalizações de obras, visitas em bairros, acompanhamento de demandas da população, participação em reuniões, audiências públicas e demais atividades inerentes ao exercício do mandato parlamentar no Município e na zona rural.

Ressalta-se que o objeto contratual permanece necessário e vantajoso à Administração, estando a contratada adimplente com suas obrigações contratuais e mantendo condições satisfatórias de execução.

O presente pedido encontra amparo nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a prorrogação dos prazos contratuais quando caracterizada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições originalmente pactuadas.

2. DO PRAZO DE PRORROGAÇÃO

Solicita-se a prorrogação do prazo de vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, mantidas as demais cláusulas e condições contratuais.

3. DO VALOR CONTRATUAL

A presente prorrogação não implica alteração do valor global do contrato, permanecendo inalterados os preços unitários pactuados, ressalvadas as hipóteses legais de reajuste ou repactuação, se aplicáveis.

4. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Informa-se que há previsão orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da execução contratual durante o período prorrogado, conforme manifestação do setor competente.

5. DOS ANEXOS

Integram o presente processo:

- Justificativa técnica do gestor do contrato;
- Manifestação do fiscal do contrato;
- Comprovação da regularidade da contratada;
- Outros documentos pertinentes (Informação Orçamentária, Contrato, Publicação).

Diante do exposto, solicitamos a análise e adoção das providências necessárias à formalização do Termo Aditivo de prorrogação de prazo, com posterior encaminhamento à assessoria jurídica, conforme a legislação vigente.

Sem mais para o momento, renovamos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,

ANDREIA ALVES SILVA
GESTOR DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DO GESTOR DO CONTRATO

Prorrogação de Prazo Contratual

Contrato nº: 202506270014.P.E 014-2025
Processo Administrativo nº: 066/2026
Contratada: A EMPRESA STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

1. Da Identificação

Na qualidade de Gestor do Contrato, designado nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, apresento a presente Justificativa Técnica para subsidiar a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**.

2. Do Histórico da Contratação

O contrato foi celebrado em 27 de junho de 2025, com vigência inicial até 31 de dezembro de 2025, tendo por objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

Durante o período de execução contratual, os serviços/fornecimentos vêm sendo realizados de forma regular, atendendo às especificações técnicas e às condições pactuadas.

3. Da Necessidade da Prorrogação

A prorrogação do prazo contratual mostra-se necessária e conveniente à Administração, tendo em vista a continuidade da prestação do objeto contratado, sendo essencial ao regular funcionamento das atividades institucionais, a persistência da necessidade administrativa que motivou a contratação e a inexistência de prejuízo à Administração com a prorrogação, sendo a solução mais eficiente no momento.

Ressalta-se que a interrupção da execução contratual poderia ocasionar prejuízos operacionais e administrativos, comprometendo a prestação dos serviços públicos.

4. Da Vantajosidade

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

A prorrogação pretendida revela-se vantajosa, uma vez que os preços e condições permanecem compatíveis com o mercado e a contratada mantém desempenho satisfatório, sem registros de penalidades ou inadimplementos relevantes.

5. Da Regularidade da Contratada

Foi verificada a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, bem como a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação original.

6. Do Fundamento Legal

A prorrogação do prazo encontra amparo nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a prorrogação dos contratos administrativos quando atendido o interesse público, mantidas as condições originalmente pactuadas e demonstrada a vantajosidade.

7. Da Conclusão

Diante do exposto, MANIFESTO-ME FAVORAVELMENTE à prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**, por mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, sem alteração do valor global, mantidas as demais cláusulas contratuais.

Açailândia/MA, 09 de junho de 2026.

Andreia Silva
ANDREIA ALVES SILVA
GESTOR DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

RELATÓRIO FISCAL

Prorrogação de Prazo Contratual

Contrato nº:202506270014.P.E 014-2025
Processo Administrativo nº: 066/2026
Contratada: A EMPRESA STRUTURA VALOR SERVI-ÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

1. Da Identificação

Na qualidade de Fiscal do Contrato, designado nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, apresento a presente manifestação acerca da solicitação de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**.

2. Da Execução Contratual

Durante o período de vigência do contrato, constatei que a contratada vem executando o objeto de forma regular e satisfatória, em conformidade com as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no instrumento contratual.

Os registros de fiscalização demonstram que não há pendências relevantes, inadimplementos contratuais ou aplicação de sanções que impeçam a continuidade da execução contratual.

3. Da Qualidade dos Serviços/Fornecimentos

A qualidade dos serviços/fornecimentos prestados é compatível com os padrões exigidos, atendendo às necessidades da Administração e aos objetivos institucionais do contrato.

4. Da Necessidade da Prorrogação

FOLHA Nº 07
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

A prorrogação do prazo contratual mostra-se necessária para assegurar a continuidade do objeto, evitando prejuízos administrativos e operacionais decorrentes de eventual interrupção da execução.

5. Da Regularidade da Contratada

Foi verificada a regularidade da contratada quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, bem como a manutenção das condições de habilitação exigidas, conforme documentação constante dos autos.

6. Da Conclusão

Diante do exposto, MANIFESTO-ME FAVORAVELMENTE à prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**, por mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, mantidas as demais cláusulas contratuais, sem prejuízo do acompanhamento contínuo da execução contratual.

Encaminha-se a presente manifestação para as providências administrativas cabíveis.

Açailândia (MA), 10 de junho de 2026.

Kleber Ribeiro de Araujo
FISCAL DO CONTRATO

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

FOLHA Nº 08
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442 . 0001 - 76

Ao Senhor
Marcio George Rafael Mendes
Contador desta Câmara Municipal

Assunto: Solicitação de informação sobre dotação orçamentária

Considerando o Contrato Administrativo nº **066/2026**, celebrado em 27 de junho de 2025, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, vimos, por meio deste, solicitar informação quanto à existência de dotação orçamentária para suportar as despesas decorrentes da prorrogação do prazo de vigência contratual.

A prorrogação pretendida refere-se ao período de 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, conforme solicitação em trâmite neste processo administrativo.

O atendimento a esta solicitação é necessário para instrução adequada do processo administrativo.

Aguardamos retorno com a devida brevidade.

Açailândia (MA), 11 de junho de 2026.

Câmara Municipal de Açailândia/MA
Feliberg Melo Sousa
Presidente da Câmara

FOLHA Nº 09
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 0001-76

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Processo Administrativo nº 066/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Declaro, na qualidade de Ordenador de Despesas da **Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA Unidade: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA Dotação: 01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal Natureza da Despesa: 3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos**, para os devidos fins, que a despesa com a Prorrogação Contratual, conforme previsto no processo administrativo em referência, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).
Esta declaração se destina a comprovar a viabilidade orçamentária do Termo Aditivo para prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nada mais havendo, firmo a presente para que surta os efeitos legais necessários.

Açailândia (MA), 12 de junho de 2026.

MARCIO GEORGE RAFAEL MENDES
RESPONSÁVEL CONTÁBIL/CRC-11057 - MA

Folha Nº 361
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

FOLHA Nº 10
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143 442 / 0001 - 76

Contrato

CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025
PROC. ADM. Nº 040/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA E A EMPRESA **STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.**

Por este instrumento particular, a CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA inscrita no CNPJ sob o nº 12.143.442/0001-76, neste ato representada pelo Presidente, Sr. FILIBERG MELO SOUSA, portador(a) da Cédula de Identidade nº10165-398-6 SSP/MA e do CPF nº 268.741.643-68, a seguir denominada CONTRATANTE, e STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, situada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison, inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, neste ato representado(a) pelo(a) DYEGO LUCENA RIBEIRO, portador(a) da Cédula da nº CNH: 03999091500 DETRAN/MA do CPF nº 027.035.063-25, **Email:** makinacarloc@gmail.com a seguir denominada CONTRATADA, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

2.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.2 Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT. MÊS	VALOR UNT.	TOTAL
1	3 (três)Veículos tipo passeio	MÊS	12	9.333,30	R$ 111.999,60
2	3 (três) SUV MÉDIO - com as seguintes especificações mínimas:capacidade para 5 (cinco) pessoas, tração 4x2, 4 portas, combustível	MÊS	12	18.798,00	R$ 225.576,00
					R$ 337.575.60

2.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 O Termo de Referência;

Folha Nº 362
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

FOLHA Nº 11
PROCESSO ADM. Nº 06626
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 , 0001 - 76

2.3.2 O Edital da Licitação;

2.3.3 A Proposta do contratado;

2.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025, contados assinatura do contrato, ou documento equivalente.

CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇAO E GESTAO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

O valor total da contratação é de **R$ 337.575,60 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Banco Bradesco Ag: 2218-7. C/c 532229-4

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **27/06/2025**.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice

Folha Nº 363
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

FOLHA Nº 12
PROCESSO ADM. Nº 060/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

$$VA = \frac{VDI}{INI} \times INF, \text{ onde:}$$

VA = Valor Atualizado
VDI = Valor Inicial

INI = IGP-M/FGV na data inicial

INF = IGPM/FGV na data final

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferiçoes finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ao), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Câmara Municipal de Açailândia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.2 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.3 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.4 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando houver garantia contratual.

8.5 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2 Manter preposto aceito pela Administração no local ou do fornecimento para representá-lo na execução do contrato.

9.3 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao fornecimento dos produtos, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo

contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique nos produtos entregues.

9.12 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da entrega dos produtos e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

I - Advertência, que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra-recibo do representante legal da contratada estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa licitante apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

II - 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial ou total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

IV - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de atraso na execução do objeto ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3 Indenizações e multas.

12.6 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Açailândia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**

Unidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**

Dotação: **01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal**

Natureza da Despesa: **3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos.**

Fonte de Recursos:

500 - Recursos não Vinculados de Impostos

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.3 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (art. 92, §1º)

16.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Açailândia – MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Açailândia - (MA), 27 de junho de 2025

Folha Nº 372
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ 12.143.442/0001-76

Câmara Municipal de Açailândia/MA
Presidente da Câmara
Feliberg Melo Sousa
Contratante

govbr Documento assinado digitalmente
DYEGO LUCENA RIBEIRO
Data: 27/06/2025 08:15:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

FOLHA Nº 21
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12 143 442 . 0001 - 76

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇOES LTDA
CNPJ 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CNH: 03999091500 DETRAN/MA
Contratada

Testemunhas:

Nome: Maria Clue Sousa Silva CPF nº 033164255 06

Nome: Joanne Vieira dos S. Ribeiro CPF nº 050.769.613-16

FOLHA Nº 22
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

Folha Nº 373
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ 12.143.442/0001-76

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

EXTRATO DO CONTRATO N° **202506270014.P.E 014-2025**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **040/2025**
PREGÃO ELETRÔNICO N° **014/2025**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA. STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, situada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison, inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, neste ato representado(a) pelo(a) DYEGO LUCENA RIBEIRO, portador(a) da Cedula da nº CNH: 03999091500 DETRAN/MA do CPF nº 027.035.063-25, **Email:** makinacarloc@gmail.com **CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA inscrita no CNPJ sob o nº 12.143.442/0001-76, sediada na Rua Ceará, nº 662, Centro – Açailândia/MA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Feliberg Melo Sousa, portadora da Cédula de Identidade nº 10165398-6 SSP/MA do CPF nº 268.741.643-68 ;Prazo de Vigência: 12 (doze) meses; Valor Total **R$ 337.575,60 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos)**.PROGRAMA DE TRABALHO: Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Unidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Dotação: **01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal** Natureza da Despesa: **3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos** Fonte de Recursos: **500 - Recursos não Vinculados de Impostos** Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 27/06/2025. Açailândia - MA, 27 de junho de 2025. Sr. Feliberg Melo Sousa, pela **CONTRATANTE**.

Feliberg Melo Sousa
Presidente da Câmara

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 525 de 24 de abril de 2018
Sexta, 27 de Junho de 2025 | VOL: 8 | Nº 1084 | ISSN 2764-3123

FOLHA Nº 23
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

Índice

Folha Nº 374
Processo Adm Nº 040/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ 12.143.442/0001-76

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO 2
PORTARIA 2
PORTARIA Nº 220/2025, DE 27 DE JUNHO DE 2025 2
PORTARIA Nº 221/2025, DE 27 DE JUNHO DE 2025 2
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 2
RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO - Nº 014/2025 2
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO 2
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 2
EXTRATO DE CONTRATO 3
EXTRATO DO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 3

Folha Nº 375
Processo Adm Nº 340/2025
Câmara Municipal de Açailandia

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

FOLHA Nº 04
PROCESSO ADM. Nº 086/25
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442 / 0001 - 76

PORTARIA

PORTARIA Nº 219/2025, DE 27 DE JUNHO DE 2025

"Concede diária a servidor e dá outras providências" O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE: Art. 1° Conceder ao Sr. ODACY MIRANDA DA SILVA, Vereador da Câmara Municipal de Açailândia, 02 (duas) diárias no valor total de RS1.600,00 (um mil e seiscentos reais), para custeio das despesas referentes à viagem à capital do Estado, São Luís – MA, no dia 29 e 30 de junho do corrente ano. A viagem tem como finalidade cumprir agenda parlamentar com o Deputado Antônio Pereira com o objetivo de pleitear projetos e ações que visem o desenvolvimento do município de Açailândia. Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Tatiane
ADMINISTRATIVO
Código identificador: gdzbp3ctef20250627110617

PORTARIA Nº 221/2025, DE 27 DE JUNHO DE 2025

"Concede diária a servidor e dá outras providências" O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE: Art. 1° Conceder ao Sr. VILLEGAGNON DE SOUSA LIMA, Vereador da Câmara Municipal de Açailândia, 02 (duas) diárias no valor total de RS1.600,00 (um mil e seiscentos reais), para custeio das despesas referentes à viagem à capital do Estado, São Luís – MA, no dia 29 e 30 de junho do corrente ano. A viagem tem como finalidade cumprir agenda parlamentar com o Deputado Antônio Pereira com o objetivo de pleitear projetos e ações que visem o desenvolvimento do município de Açailândia. Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário. Dê-se cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Tatiane
ADMINISTRATIVO
Código identificador: 1n9g532np620250627130632

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO - Nº 014/2025

RESULTADO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO - Nº 014/2025 A Câmara Municipal da Açailândia - MA, por intermédio da Pregoeira, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 014/2025, tendo como objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, saiu como vencedora da licitação supracitada, a empresa: : STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.294.527/0001-31 vencedor de todos os itens com o valor total de RS 337.575,60 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), Considerando que o critério de julgamento foi por Menor Preço por item. O Agente de contratação informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da Câmara de Açailândia - MA, ou poderão ser consultados por meio digital pela internet, através do nosso endereço eletrônico no site: https://http://cmacailandia.ma.gov.br ou no site do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/, ou no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP através do endereço: http://www.gov.br/pncp/pt-br. Açailândia - MA, em 18 de junho de 2025. Emilio Rondinelle Vidal de Lima Agente de Contratação

Publicado por: Emilio Rondinele Vidal de Lima
Diario
Código identificador: bnryrtg5r9m20250627070614

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ 12.143.442/0001-76

FOLHA Nº 25
PROCESSO ADM. Nº 066/26

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA. A Câmara Municipal de Açailândia - MA, representada pela autoridade competente, o Sr. FELIBERG MELO SOUSA- Presidente da Câmara, pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudica e homologa o objeto do Pregão Eletrônico nº 014/2025, em favor da empresa: e STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, situada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison, inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, vencedora de todos os itens, pelo valor total de, de R$ 337.575,60 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), nos termos do artigo 71, inciso IV da referida lei. A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados. Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 014/2025, no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021. Açailândia – MA, 27 de junho de 2025.

FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Emilio Rondinele Vidal de Lima

Diario

Código identificador: od642lh06pq20250627080611

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2025 OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA. STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, situada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison, inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, neste ato representado(a) pelo(a) DYEGO LUCENA RIBEIRO, portador(a) da Cédula da nº CNH: 03999091500 DETRAN/MA do CPF nº 027.035.063-25, Email: makinacarloc@gmail.com CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA/MA inscrita no CNPJ sob o nº 12.143.442/0001-76, sediada na Rua Ceará, nº 662, Centro – Açailândia/MA, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Feliberg Melo Sousa, portadora da Cédula de Identidade nº 10165398-6 SSP/MA do CPF nº 268.741.643-68 :Prazo de Vigência: 12 (doze) meses; Valor Total R$ 337.575,60 (trezentos e trinta e sete mil quinhentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos).PROGRAMA DE TRABALHO: Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA Unidade: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA Dotação: 01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal Natureza da Despesa: 3.3.90.39.99. – Prestaçao de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos Fonte de Recursos: 500 - Recursos não Vinculados de Impostos Fundamento Legal: Lei nº 14.133/2021. Data da Assinatura: 27/06/2025. Açailândia - MA, 27 de junho de 2025. Sr. Feliberg Melo Sousa, pela CONTRATANTE.

Feliberg Melo Sousa Presidente da Câmara

Publicado por: Emilio Rondinele Vidal de Lima

Diario

Código identificador: edfsstzcrne20250627080616

FOLHA Nº 26
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

Folha Nº 377
Processo Adm Nº 090/2025
Câmara Municipal de Açailandia
CNPJ: 12.143.442/0001-76

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PROCURADORIA GERAL
R. Ceará, 662 - Centro, Açailândia - MA
Cep: 65930-000

FELIBERG MELO DE SOUSA
PRESIDENTE

Karleandro Pereira de Sousa
PROCURADOR (A) GERAL

Informações: ascom@cmacailandia.ma.gov.br

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=CERTIFICADO DIGITAL/OU=
Certificado Digital PJ A1/OU=14592578000199/OU=AC
SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE ACAILANDIA
CAMARA MUNICIPAL:12143442000176
Data. 27/06/2025

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 525 de 24 de abril de 2018
Terça, 07 de Janeiro de 2025 | VOL: 8 | Nº 961 | ISSN 2764-3123

FOLHA Nº 27
PROCESSO ADM. Nº 006126
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

Índice

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO 4
PORTARIA 4
PORTARIA Nº 14/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 4
PORTARIA Nº 15/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 4
PORTARIA Nº 16/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 4
PORTARIA Nº 17/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 4
PORTARIA Nº 18/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 4
PORTARIA Nº 19/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 5
PORTARIA Nº 20/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 5
PORTARIA Nº 21/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 5
PORTARIA Nº 22/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 5
PORTARIA Nº 23/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 5
PORTARIA Nº 24/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025. 6
PORTARIA Nº 25/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025. 6
PORTARIA Nº 26/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025. 6
PORTARIA Nº 27/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 6
PORTARIA Nº 28/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 7
PORTARIA Nº 29/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 7
PORTARIA Nº 30/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 7
PORTARIA Nº 31/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 7
PORTARIA Nº 32/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 7
PORTARIA Nº 33/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 8
PORTARIA Nº 34/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 8
PORTARIA Nº 35/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 8
PORTARIA Nº 36/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 8
PORTARIA Nº 37/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025 8
PORTARIA Nº 38/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 9
PORTARIA Nº 39/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 9
PORTARIA Nº 40/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 9
PORTARIA Nº 41/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 9
PORTARIA Nº 42/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 9
PORTARIA Nº 43/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 10
PORTARIA Nº 44/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 10
PORTARIA Nº 45/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 10
PORTARIA Nº 46/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 10
PORTARIA Nº 47/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 11
PORTARIA Nº 48/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 11
PORTARIA Nº 49/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 11
PORTARIA Nº 50/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 11
PORTARIA Nº 51/2025, DE 07 DE JANEIRO DE 2025 11

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76
FOLHA Nº 4
PROCESSO ADM. Nº 006126
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

FOLHA Nº 378
PROCESSO ADM. Nº 006126
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

FOLHA Nº 379
PROCESSO ADM. Nº 006126/2025
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

cargo em comissão de ASSESSOR LEGISLATIVO da Câmara Municipal de Açailândia. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Gabriela Da Silva Coelho Pettenon

Código identificador: kxkibjkubnf20250107150159

PORTARIA N° 24/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

" Dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar a função de responsável pelo Estudo Técnico Preliminar - ETP da Câmara Municipal de Açailândia - MA". O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE : Art. 1° - Designar o senhor THOMAS PRACHEDES MORAES NETO, inscrito no CPF sob o nº 028.471.843-25, para exercer a função de responsável pelo Estudo Técnico Preliminar - ETP. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Gabriela Da Silva Coelho Pettenon

Código identificador: blv4skyecn20250107150118

PORTARIA N° 25/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

" Dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar a função de gestor de contratos da Câmara Municipal de Açailândia - MA". O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE : Art. 1° - Designar a senhora ANDREIA ALVES SILVA, inscrito no CPF sob o nº 012.572.033-55, para exercer a função de gestor de contratos, estruturado no departamento administrativo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Gabriela Da Silva Coelho Pettenon

Código identificador: j7pyufhg82020250107150111

PORTARIA N° 26/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025.

" Dispõe sobre a designação de servidor para desempenhar a função de fiscal de contratos da Câmara Municipal de Açailândia - MA". O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE : Art. 1° - Designar o senhor GESIEL SILVA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 805.420.503-15, para exercer a função de fiscal de contratos, estruturado no departamento administrativo. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Gabriela Da Silva Coelho Pettenon

Código identificador: evat1ftyc7u20250107150107

PORTARIA N° 27/2025, DE 06 DE JANEIRO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE : Art. 1° - NOMEAR ANY FRANCIELE DE SOUZA, inscrito(a) no CPF sob o nº 059.242.323-95, para exercer o cargo em comissão de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO da Câmara Municipal de Açailândia. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de janeiro de 2025, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 06 (seis) dias do mês de janeiro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

FOLHA Nº 29
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442 0001-76

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

A Senhora
Antonia da Silva Machado
Assessora Jurídica
Portaria nº 45/2025
Nesta

Assunto: Solicitação de emissão de parecer jurídico

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer, nos termos do art. 53, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, acerca da formalização de Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**, **Processo Administrativo n.º 066/2026** cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, à luz dos documentos apresentados.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Câmara Municipal de Açailândia - (MA), 12 de junho de 2026.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Açailândia/MA
Feliberg Melo Sousa
Presidente da Câmara

FOLHA Nº 30
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 . 0001 - 76

PARECER JURÍDICO

TERMO ADITIVO Nº 001/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 066/2026

Parecer – *(Em atendimento ao Artigo 53§ 1º, da Lei 14.133/2021 e artigo 48, § 1º.*

Ementa: Direito Administrativo. Aditivo Contratual (artigos 124 e 125 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021).

Interessados: Câmara Municipal de Açailândia – MA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objetivo alteração do prazo de vigência do contrato original, celebrado no dia 27 de junho de 2025, relativo a Contratação de empresa especializada, para prestar serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia -MA, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.

Trata-se de Parecer Jurídico solicitado pelo Setor de Licitações para Assessoria Jurídica a fim de se proceder a análise de legalidade, formalidade e adequação de pedido de aditivo contratual para adequação de escopo e valor contratual.

É o relatório, passa-se à análise e conclusão.

Sabe-se, em regra, que todas as contratações e aquisições realizadas pela administração Pública devem obrigatoriamente se submeter ao procedimento licitatório em atendimento ao ordenamento jurídico vigente. Principalmente à Constituição Federal em seu artigo 37, inciso XXI e à Lei 14.133/2021.

Nesse sentido, o artigo 107 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de alteração dos contratos por ela regidos, desde que devidamente justificada:

> Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração,

Antonia da Silva Machado
Assessora Jurídica
Port. Nº 45/2025

> permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Do caso concreto, extrai-se que o Setor de Licitações e Contratos apresenta a solicitação de aditivo para a continuidade do prazo de vigência, acompanhada das devidas justificativas técnicas que demonstram a necessidade de manutenção do serviço para o encerramento do exercício e realização final das atividades propostas.

Deste modo também estabelece em lei Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

> I - unilateralmente pela Administração:
> [...]
> b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de
> acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos
> por esta Lei; [...]

Do caso concreto, extrai-se que o Setor de Compras da Câmara Municipal de Açailândia - MA, apresenta solicitação de termo aditivo solicitando mais unidades do produto/serviço, com as devidas justificativas.

Desse modo, verifica-se que a Administração, atendendo ao interesse público de ver a realização do serviço ser completada com eficiência e respeito ao princípio da vinculação ao edital, opta por aditivar o contrato a fim de adquirir os produtos/serviços necessários à finalização do objeto contratual. Cumprindo, dessa forma, os princípios da isonomia, legalidade, moralidade e probidade administrativa.

A Administração utiliza-se de sua prerrogativa legal de modificar o contrato, aditivando-o, sem prejuízos da contratada no que tange ao estabelecido em Edital e no contrato original. À vista do Parecer Jurídico, favorável àquele procedimento licitatório.

Portanto, analisados todos os critérios e requisitos da possibilidade de aditivação do contrato prevista na Legislação específica e Regulamento, bem como sua previsibilidade na Constituição Federal em seu artigo 37, XXI, não se

Antonia da Silva Machado
Assessora Jurídica
Port. Nº 45/2025

FOLHA Nº 32
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

vislumbra eventual ilegalidade na sua alteração, sendo que todo o procedimento adotado pela Comissão de Licitação se apresenta condizente com o que prevê a legislação.

É o parecer.

Açailândia - MA, 12 de junho de 2026.

Antonia da Silva Machado.

Antonia da Silva Machado
Assessora Jurídica
Portaria nº 45/2025
Advogada
OAB: 27.880

Antonia da Silva Machado
Assessora Jurídica
Port. Nº 45/2025

FOLHA Nº 33
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
CNPJ: 12.143.442/0001-76

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Contrato nº:202506270014.P.E 014-2025
Processo Administrativo nº: 066/2026
Contratada: A EMPRESA STRUTURA VALOR SERVI-ÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

Considerando os elementos constantes dos autos, em especial: a solicitação de prorrogação do prazo contratual, a Justificativa Técnica do Gestor do Contrato, a Manifestação do Fiscal do Contrato, a informação sobre a disponibilidade de dotação orçamentária e o Parecer Jurídico, que opinou pela legalidade da medida.

Tendo em vista o atendimento ao interesse público, a vantajosidade da prorrogação e a observância dos arts. 106, 107 e 117 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**, por mais mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, mantidas as demais cláusulas e condições contratuais, mediante a formalização do competente Termo Aditivo.

Câmara Municipal de Açailândia/MA 30 de junho de 2026.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Açailândia/MA
Feliberg Melo Sousa
Presidente da Câmara

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 525 de 24 de abril de 2018

Terça, 30 de junho de 2026 | VOL: 9 | Nº 1346 | ISSN 2764-3123

Índice

FOLHA Nº 34
PROCESSO ADM. Nº 066/26

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO 2
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE 2
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE 2

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442...0001-76

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

FOLHA Nº 35
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001-76

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE
AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Contrato nº:202506270014.P.E 014-2025
Processo Administrativo nº: 066/2026
Contratada: A EMPRESA STRUTURA VALOR SERVI-ÇOS E LOCAÇÕES LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA.

Considerando os elementos constantes dos autos, em especial: a solicitação de prorrogação do prazo contratual, a Justificativa Técnica do Gestor do Contrato, a Manifestação do Fiscal do Contrato, a informação sobre a disponibilidade de dotação orçamentária e o Parecer Jurídico, que opinou pela legalidade da medida.

Tendo em vista o atendimento ao interesse público, a vantajosidade da prorrogação e a observância dos arts. 106, 107 e 117 da Lei nº 14.133/2021, AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **202506270014.P.E 014-2025**, por mais mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, mantidas as demais cláusulas e condições contratuais, mediante a formalização do competente Termo Aditivo.

Câmara Municipal de Açailândia/MA 30 de junho de 2026.

Atenciosamente,

Câmara Municipal de Açailândia/MA

Feliberg Melo Sousa

Presidente da Câmara

Publicado por: Feliberg Melo Sousa

Código identificador: bleamlixi8l20260811110818

FOLHA Nº 36
PROCESSO ADM. Nº 06626
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 0001-76

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PROCURADORIA GERAL

R. Ceará, 662 - Centro, Açailândia - MA

Cep: 65930-000
MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176

FELIBERG MELO DE SOUSA
PRESIDENTE

Karleandro Pereira de Sousa
PROCURADOR (A) GERAL

Informações: ascom@cmacailandia.ma.gov.br

MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ A1/OU=Presencial/OU=14592578000199/OU=AC SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176 Data:30.06.2026 21:48

ADITIVO Nº 02
PROCESSO ADM. Nº 066/2026

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025, QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA – MA E A EMPRESA STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA.

Pelo presente instrumento, a **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA – MA**, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.143.442/0001-76, com sede na Rua Ceará, nº 662, Centro – Açailândia - MA, neste ato representado pelo seu Presidente **Sr. Feliberg Melo Sousa**, portador do CPF n.º 268.741.643-68, a seguir denominado CONTRATANTE; e de outro lado, como CONTRATADA a empresa STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, situada na Rua Santa Rita, nº. 239, Bairro: Centro, na cidade de Governador Edison, inscrita no CNPJ sob o nº 18.294.527/0001-31, neste ato representado(a) pelo(a) DYEGO LUCENA RIBEIRO, portador(a) da Cédula da nº CNH: 03999091500 DETRAN/MA do CPF nº 027.035.063-25, **Email:** makinacarloc@gmail.com, decorrente da PREGÃO ELETRONICO nº 014/2025, cujo objeto é relativo à Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, firmam o SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **202506270014.P.E 014-2025**, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n.º 066/2026**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração do prazo de vigência do contrato original, celebrado no dia 27 de junho de 2025, relativo Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 O presente Termo Aditivo prorroga a vigência do contrato por mais 6 (seis) meses, contados a partir do dia **01 de julho de 2026**, podendo ser prorrogado, desde que haja interesse da Administração e aceite da parte de acordo com a forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes do presente Aditivo ocorrerão por conta das seguintes

Feliberg Melo Sousa
CPF: 268741643-68
Pres. da Câmara Municipal

dotações orçamentárias:

Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Unidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Dotação: **01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal** Natureza da Despesa: **3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos** Fonte de Recursos: **500 - Recursos não Vinculados de Impostos**

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por se acharem justas e contratadas, e depois de lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, sem rasuras, perante 02 (duas) testemunhas, que também o subscrevem, para maior validade jurídica.

Açailândia (MA), 01 de julho de 2026.

Câmara Municipal de Açailândia/MA
Sr. Fellberg Melo Sousa
RG nº 10165398-6 SSP/MA
CPF nº 268.741.643-68
Presidente da Câmara
Contratante

STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇOES LTDA
CNPJ 18.294.527/0001-31
DYEGO LUCENA RIBEIRO
CNH: 03999091500 DETRAN/MA
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Joanne Vieira

CPF-Nº: 050.769.613-16

NOME: Francisca Maria Ferreira

CPF-Nº: 36440 7933-53

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **202506270014.P.E 014-2025**, REF.: PREGÃO ELETRONICO nº 014/2025 – PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA e a empresa STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração do prazo de vigência do contrato original, celebrado no dia 27 de junho de 2025, relativo Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA – **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência fica estendido por mais 6 (seis) meses, contado a partir do dia 01 de julho de 2026 – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Unidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Dotação: **01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal** Natureza da Despesa: **3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos** Fonte de Recursos: **500 - Recursos não Vinculados de Impostos** BASE LEGAL: Inciso II, artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, firmado entre as partes. SINATÁRIOS: **FELIBERG MELO SOUSA** – Presidente da Câmara, pela **CONTRATANTE: Sr.** DYEGO LUCENA RIBEIRO pela **CONTRATADA.** Açailândia – MA, 01 de julho de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 525 de 24 de abril de 2018

Quarta, 01 de julho de 2026 | VOL: 9 | Nº 1347 | ISSN 2764-3123

FOLHA Nº 41
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Acailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

Índice

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO 2
PORTARIA 2
PORTARIA N° 50/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 2
PORTARIA N° 51/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 2
PORTARIA N° 52/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 2
PORTARIA N° 53/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 2
PORTARIA N° 54/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 3
PORTARIA N° 55/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 3
PORTARIA N° 56/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026 3
RESENHA DO TERMO ADITIVO 3
RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025 3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

PORTARIA

PORTARIA N° 50/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a servidora **GISELIA MAGALHÃES BONATO**, inscrita no CPF sob o nº 056.612.653-28, do cargo de **ASSESSORIA ESP. DE ARTICULAÇÃO POLITICA** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: pu0ifxjevej20260701120728

PORTARIA N° 51/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - EXONERAR a servidora **MARCONE OLIVEIRA DE SOUSA**, inscrito no CPF sob o nº 010.300.763-67, do cargo de **ASSESSOR PARLAMENTAR** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

FOLHA Nº 42
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001-76

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: nkkynk2wps20260701120719

PORTARIA N° 52/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR **ARIOSVALDO ALENCAR FERREIRA JUNIOR**, inscrito no CPF sob o nº 605.855.613-97, para exercer o cargo de **ASSESSOR PARLAMENTAR** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: $2NFi.343bmV

PORTARIA N° 53/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR **ISADORA CERQUEIRA TAVARES**, inscrita no CPF sob o nº 051.340.143-10, para exercer o cargo de **CHEFE DE GABINETE PARLAMENTAR** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: xykxjonyra420260701120753

PORTARIA N° 54/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR **ANTONIA LUCENA DA SILVA**, inscrita no CPF sob o nº 008.204.773-11, para exercer o cargo de **ASSESSORIA ESP. DE ARTICULAÇÃO POLITICA** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: tmgissfprw20260701120753

PORTARIA N° 55/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR **JOSIANE COELHO FREIRE**, inscrita no CPF sob o nº 629.947.943-49, para exercer o cargo de **ASSESSORA PARLAMENTAR** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

FOLHA Nº 93
PROCESSO ADM. Nº 066/26

FELIBERG MELO SOUSA

Presidente da Câmara

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12 143 442 / 0001 - 76

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: wzvnppcuif20260701120754

PORTARIA N° 56/2026, DE 01 DE JULHO DE 2026

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1° - NOMEAR **ALAN KARDEK GUEDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o nº 948.206.783-53, para exercer o cargo de **ASSESORIA ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO EM COMUNICAÇÃO** da Câmara Municipal de Açailândia.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão.

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: noghfkqs79v20260701130708

RESENHA DO TERMO ADITIVO

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 202506270014.P.E 014-2025

RESENHA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº **202506270014.P.E 014-2025**, REF.: PREGÃO ELETRONICO nº 014/2025 – PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA e a empresa STRUTURA VALOR SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto alteração do prazo de vigência do contrato original,

celebrado no dia 27 de junho de 2025, relativo Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos leves, para atender das necessidades da Câmara Municipal de Açailândia- MA – **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência fica estendido por mais 6 (seis) meses, contado a partir do dia 01 de julho de 2026 – **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Órgão: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Unidade: **CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA** Dotação: **01.031.0001.2-002 - Manutenção Administrativa da Câmara Municipal** Natureza da Despesa: **3.3.90.39.99. – Prestação de Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Serviços Técnicos** Fonte de Recursos: **500 - Recursos não Vinculados de Impostos** BASE LEGAL: Inciso II, artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, firmado entre as partes. SINATÁRIOS: **FELIBERG MELO SOUSA** – Presidente da Câmara, pela **CONTRATANTE: Sr.** DYEGO LUCENA RIBEIRO pela **CONTRATADA.** Açailândia – MA, 01 de julho de 2026.

Publicado por: DYEGO LUCENA RIBEIRO

Código identificador: z58ezqjwah420260811110813

FOLHA Nº 44
PROCESSO ADM. Nº 066/26
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001-76

FOLHA Nº 45
PROCESSO ADM. Nº 066/26

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001-76

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PROCURADORIA GERAL

R. Ceará, 662 - Centro, Açailândia - MA

Cep: 65930-000
MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176

FELIBERG MELO DE SOUSA
PRESIDENTE

Karleandro Pereira de Sousa
PROCURADOR (A) GERAL

Informações: ascom@cmacailandia.ma.gov.br

MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=Certificado Digital PJ A1/OU=Presencial/OU=14592578000199/OU=AC SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE ACAILANDIA CAMARA MUNICIPAL:12143442000176 Data:01.07.2026 00:00

ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA - MA
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
Instuído pela lei municipal nº 525 de 24 de abril de 2018
Sexta, 15 de Agosto de 2025 | VOL: 8 | Nº 1119 | ISSN 2764-3123

FOLHA Nº 46
PROCESSO ADM. Nº D66125

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

Índice

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO 2
PORTARIA 2
PORTARIA Nº 243/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025 2
PORTARIA Nº 244/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025 2
PORTARIA Nº 245/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025 2
PORTARIA Nº 246/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025 2

FOLHA Nº 98
PROCESSO ADM. Nº 066/25
Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12.143.442/0001-76

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

PORTARIA

PORTARIA N° 243/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE: Art. 1° - EXONERAR o servidor GESIEL SILVA SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 805.420.503-15, do cargo Função de Fiscal de Contratos estruturado no departamento administrativo da Câmara Municipal de Açailândia. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão. FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: $/zQrqU0wYXY

PORTARIA N° 244/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, RESOLVE: Art. 1° - NOMEAR KLEBER RIBEIRO DE ARAUJO, inscrito no CPF sob o nº 915.485.513-68, para exercer o cargo Função de Fiscal de Contratos estruturado no departamento administrativo da Câmara Municipal de Açailândia. Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão. FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: $mWny2q4KnkR

PORTARIA N° 245/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

"Concede diária a servidor e dá outras providências" O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE: Art. 1° Conceder ao Sr. ARISTEU GOMES NETO, Vereador da Câmara Municipal de Açailândia, 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 720,00 (setecentos reais), para custear as despesas de viagem à capital do Estado, São Luís – MA, nos dias 18 e 19 de agosto do corrente ano, com a finalidade de participar de reunião institucional com o Deputado Federal Pedro Lucas, visando tratar de demandas municipais, discutir projetos e ações para captação de recursos, bem como alinhar parcerias e estratégias que beneficiem o desenvolvimento do nosso município. Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 15 (quinze) dia do mês de agosto do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: akxavgub2zg20250815100833

PORTARIA N° 246/2025, DE 15 DE AGOSTO DE 2025

"Concede diária a servidor e dá outras providências" O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor. RESOLVE: Art. 1° Conceder ao Sr. MARCONE OLIVEIRA DE SOUSA, Assessor Parlamentar da Câmara Municipal de Açailândia 02 (duas) diárias, no valor total de R$ 720,00 (setecentos e vinte reais), para custear as despesas de viagem à capital do Estado, São Luís – MA, nos dias 18 e 19 de agosto do corrente ano, a fim de acompanhar o Vereador em reunião institucional com o Deputado Federal Pedro Lucas, visando tratar de demandas municipais, discutir projetos e ações para captação de recursos, bem como alinhar parcerias e estratégias que beneficiem o desenvolvimento socioeconômico do município. Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário. Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia, Estado do Maranhão, aos 15 (quinze) dia do mês de agosto do ano de 2025 (dois mil e vinte cinco). FELIBERG MELO SOUSA Presidente da Câmara

Publicado por: Any Franciele de Souza
Assistente administrativo
Código identificador: gwdct4qlvva20250815100834

FOLHA Nº 48
PROCESSO ADM. Nº 066125

Câmara Municipal de Açailândia
CNPJ 12143442 / 0001 - 76

Estado do Maranhão
CÂMARA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PROCURADORIA GERAL
R. Ceará, 662 - Centro, Açailândia - MA
Cep: 65930-000

FELIBERG MELO DE SOUSA
PRESIDENTE

Karleandro Pereira de Sousa
PROCURADOR (A) GERAL

Informações: ascom@cmacailandia.ma.gov.br

/C=BR/O=ICP-Brasil/OU=CERTIFICADO DIGITAL/OU=
Certificado Digital PJ A1/OU=14592578000199/OU=AC
SyngularID Multipla/CN=MUNICIPIO DE ACAILANDIA
CAMARA MUNICIPAL:12143442000176
Data: 15/08/2025